

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa
NIFAP	7168733
DESIGNAÇÃO	Terras do Sousa Território Sustentável 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Estratégia de Desenvolvimento Local

A EDL aqui apresentada reflete o trabalho desenvolvido ao longo de 10 meses, envolvendo o máximo possível de agentes do território de intervenção, singulares e coletivos, privados e públicos. O trabalho incluiu também a consulta de uma série de documentação relativa ao território. Assim foi desenvolvida uma análise SWOT, identificado o desafio, os enfoques temáticos e os objetivos, cruzando-os com as necessidades principais, complementares e resultados do PEPAC. Analisou-se ainda a articulação da EDL com o programa regional e sub-regional. No final foi feito o cruzamento entre os enfoques temáticos, objetivos, tipologias de apoios, resultados e percentagem de alocação de verbas, resultando no plano de ação apresentado no ponto 9, mas cuja execução está muito dependente das verbas que venham a ser disponibilizadas.

2. Caracterização do território

Terras do Sousa é uma denominação medieval, ligada à fundação da nacionalidade, que servia para identificar um território idêntico ao que a ADER-SOUSA elegeu como a sua área de intervenção e que, na atualidade, integra os municípios de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

Trata-se, em termos geográficos, do vale do rio Sousa, que nasce no município mais setentrional, Felgueiras, e cuja bacia hidrográfica se estende de Norte para Sul, incorporando em direção à foz, no rio Douro, os restantes municípios. A altitude média é de 336,5 m, variando entre os 22 e os 582 m, o clima é temperado e o valor médio anual da humidade ronda os 80%, com as quatro estações bem definidas.

É um território homogêneo que se distingue na região pois, apesar da significativa densidade demográfica, apresenta um povoamento altamente disperso com a maioria da população a viver em pequenos aglomerados, o que lhe confere, em grande parte da sua superfície, a particularidade de manter muitas das características de ruralidade, quer do ponto de vista humano e de atividade, quer do ponto de vista patrimonial e paisagístico, patente em “locais de assinalável valor faunístico e botânico”. Tal especificidade valeu-lhe ser sempre selecionado como zona de intervenção para as IC LEADER, para o SP3-PRODER e para o DLBC-Rural (PDR2020), não obstante a sua dimensão populacional, conquanto uma das mais jovens do país. A coesão territorial reflete-se na quantidade de projetos comuns supramunicipais implementados, dos quais se destacam: na área do turismo-património-cultura, a ROTA DO ROMÂNICO, na área do ambiente será de evidenciar o êxito da AMBISOUSA, a empresa intermunicipal que gere o sistema de tratamento de resíduos sólidos desta sub-região; o VALE DO SOUSA DIGITAL colocou as novas tecnologias na linha da frente; e, no que toca ao desenvolvimento de proximidade, a própria ADER-SOUSA.

O território tem boas acessibilidades, pois é atravessado no sentido W/E pela A4, que liga a AMP, por Paredes e Penafiel, a Trás-os-Montes, e pela A41/42, que liga a AMP a Felgueiras, por Lousada e Paços de Ferreira; sendo também atravessado de Norte para Sul pela A11, a qual liga o Minho à A4, passando por Felgueiras e Lousada.

O território de intervenção que apresentamos para a presente Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) é composto por 74 freguesias das 93 que constituem as Terras do Sousa, perfazendo uma área de 483,04 km² e uma população de 202.080 habitantes, ou seja, respetivamente, 74% e 65% do total. Este território inclui 63 das 69 freguesias rurais das Terras do Sousa, ficando as restantes 6 no território de intervenção da DOLMEN, o que é justificado pelo seu histórico de atuação nas freguesias banhadas pelo rio Tâmega. A inclusão de 11 freguesias não rurais justifica-se pelo histórico de intervenção da ADER-SOUSA ao longo dos seus mais de 30 anos de atividade. Desde 2001 que a ADER-SOUSA intervém nos 5 municípios das Terras do Sousa através de diferentes programas de financiamento. No que concerne às 8 freguesias de Paredes, são freguesias que já foram incluídas nos territórios do LEADER+ e do SP3-ProDer, tendo 4 delas sido integradas, também, no DLBC-Rural. As freguesias de Aguiar de Sousa, Sobreira, Recarei, Parada de Todeia e Cete, representam o sul do concelho de Paredes, onde se localiza a única mancha da rede Natura das Terras do Sousa (Aguiar de Sousa), fazendo parte da área protegida Parque Serras do Porto (Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira). As restantes 3 freguesias, Beire, Louredo e Sobrosa, localizadas na parte norte do concelho de Paredes, junto à parte sul do concelho de Paços de Ferreira, apesar de mais povoadas são caracterizadas por atividade agrícola e florestal significativa. Relativamente às 3 freguesias não rurais de Felgueiras, são freguesias que sempre fizeram parte do território de intervenção, desde o LEADER até ao DLBC-Rural, mas que por este ou aquele motivo não cumprem com os critérios de classificação de ruralidade. Referimo-nos a Pombeiro de Ribavizela, onde se localizou até ao final de 2020 a sede da ADER-SOUSA, a Friande e a Sendim, freguesias que também a apresentam forte atividade agrícola e florestal. É de referir que estas 11 freguesias, apesar de não serem consideradas rurais, apresentam densidades populacionais inferiores a outras freguesias do TI classificadas como rurais, e valores percentuais de área agrícola e florestal superiores a outras freguesias do TI classificadas como rurais. Pelo exposto, e nos termos definidos no aviso quanto à delimitação do território e à possibilidade de integrar freguesias classificadas como não rurais desde que tenham histórico de intervenção através de programas idênticos, solicitamos que sejam consideradas as 11 freguesias não rurais propostas e que seja aceite o excedente de 2.080 habitantes relativamente ao limite definido no aviso.

3. Caracterização da parceria

A **parceria do GAL ADER-SOUSA** é constituída por 32 entidades suas associadas com intervenção ativa no território das Terras do Sousa, que abrangem os diferentes setores de atividade objeto do programa DLBC Rural, sendo de referir que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega, apesar de ser associada da ADER-SOUSA, apenas não assinou a carta de adesão devido ao enquadramento legal/regulatório da sua atividade.

Assim, entre saídas e entradas, a ADER-SOUSA teve um aumento de 2 associados, relativamente ao DLBC-Rural | Terras do Sousa 2020, pois saíram 7 entidades (na grande maioria porque deixaram de ter atividade), e entraram 9, com a mais-valia de atuarem em setores que não existiam na ADER-SOUSA, designadamente a floresta (Associação Florestal do Vale do Sousa), a transformação (PEC Nordeste), o ambiente (Verde – Associação para a Conservação Integrada da Natureza e Salta Fronteiras Associação), o turismo (Associação de Municípios do Vale do Sousa - Rota do Românico), o ensino (CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL), e os produtos de qualidade certificados (Associação de Criadores de Capão de Freamunde e Associação para o Laboratório Interprofissional do Sector do Leite e Lacticínios - ALIP). Estas novas entidades, para além de alargarem a base de

representatividade da associação, permitem à ADER-SOUSA responder de forma mais consistente aos desafios identificados na ELD.

Assim, a ADER-SOUSA, passa a ter entidades que representam os seguintes sectores:

Agricultura, agroalimentar e alimentação: Terras de Felgueiras - Caves Felgueiras, CRL; COPAGRI - Cooperativa Agrícola de Lousada, CRL; Adega Cooperativa de Lousada, CRL; A Lavoura de Paços de Ferreira, CRL; Associação de Criadores de Capão de Freamunde; Cooperativa Agrícola de Paredes, CRL; CESPUI - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL; COOPENAFIEL - Cooperativa Agrícola de Penafiel, CRL; Confraria do Melão Casca de Carvalho; Confraria do Presunto e da Cebola do Tâmega e Sousa; PEC Nordeste - Indústria de Produtos Pecuários do Norte, SA; Associação para o Laboratório Interprofissional do Leite e Lacticínios - ALIP.

Indústria, comércio e Serviços: Associações Empresariais de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel; Penafiel Activa – Entidade Empresarial Local, E.M.

Social: ACIP – AVE Cooperativa Intervenção Psico-social, CRL; Associação Paços 2000; APPIS – Associação Paredes pela Inclusão Social.

Cultura e património: Associação Cultural José Guilherme Pacheco; Associação de Municípios do Vale do Sousa (Rota do Românico); Confraria do Melão Casca de Carvalho; Confraria do Presunto e da Cebola do Tâmega e Sousa.

Ensino, investigação e desenvolvimento: Ensino Profissional de Felgueiras; CESPUI - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL.

Turismo: Associação de Municípios do Vale do Sousa (Rota do Românico).

Ambiente e floresta: Associação Florestal do Vale do Sousa; Verde – Associação para a Conservação Integrada da Natureza; Associação Salta Fronteiras.

Finalmente, mas não menos importante, a referência à **participação dos municípios** de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, que têm uma relevância transversal no território e em diversas áreas da EDL, designadamente, social, cultura, património, turismo, educação, ambiente, economia e promoção, com intervenção direta em todas essas áreas, seja por competências próprias, delegadas ou através de projetos/iniciativas.

O **modelo organizacional** que se propõe para a EDL garante a articulação funcional entre a Assembleia-geral (AG), a Direção, que assume o papel do Órgão de Gestão (OG), a Coordenação e a Equipa Técnica (ET), garantindo condições de participação a todos os parceiros na elaboração e na execução da EDL. Este modelo reúne as condições necessárias para que os resultados e metas prosseguidos sejam alcançados em prol do desenvolvimento sustentável das Terras do Sousa e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida da sua população.

A **Assembleia-geral** é um órgão colegial constituído por todos os associados da ADER-SOUSA, constitui-se como assembleia de parceiros do GAL. O seu funcionamento é regulado pelos estatutos da associação e pela legislação nacional aplicável, cujas principais funções são a validação, acompanhamento e avaliação da estratégia. Cabe à AG, congregando as parcerias que os associados em cada momento representam, constituir o fórum final de análise e discussão das questões estratégicas para a vida da ADER-SOUSA e do território.

A **Direção** assume o papel do Órgão de Gestão, sendo o órgão executivo da EDL, estando maioritariamente nela representados parceiros económicos e associações privadas, sem que nenhum grupo de interesses individuais se encontre em maioria. Tem, por competências: representar institucionalmente a ADER-SOUSA junto das autoridades nacionais e comunitárias; garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da ELD; coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da ELD e dos fundos públicos colocados à sua disposição; avaliar periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos

objetivos específicos da ELD; aprovar os avisos de abertura de concursos; decidir sobre os pedidos de apoio; decidir sobre alteração, extinção, transmissão e exclusão dos PA, podendo delegar estas atribuições, desde que estas não impliquem correções financeiras ao valor total dos mesmos; aprovar os relatórios de execução anuais e final da ELD; exercer quaisquer outras competências que sejam acordadas com a Comissão Diretiva do PEPAC.

Compete ao **coordenador**: participar nas reuniões do OG; garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão técnica e operacional da EDL e da ET de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo OG; zelar pelo cumprimento de todos os procedimentos técnicos e administrativos necessários à divulgação, análise, acompanhamento e controlo dos PA; validar os pareceres técnicos e as audiências prévias elaboradas pela ET para serem apresentados ao OG; validar e submeter os Pedidos de Pagamento (PP) analisados pela ET para pagamento do IFAP; assegurar o princípio da segregação de funções; estimular e participar em ações de dinamização e animação do território, assim como as atividades de cooperação.

Compete à **Estrutura Técnica**: elaborar todos os documentos ao processo de apresentação e análise dos PA e dos PP; criar dispositivos de informação e divulgação sobre a EDL junto da população local; elaborar as propostas dos avisos de abertura de candidaturas; emitir pareceres técnicos sobre os PA; analisar as audiências prévias aos PA; verificar o cumprimento das condições pré-contratuais; acompanhar a execução das operações; analisar os PP; proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da ELD; assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da ELD e preparar os relatórios de execução; desenvolver as atividades de animação para envolvimento população; criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da ELD; promover a aplicação e articulação coerente dos instrumentos de política, incidentes no território; estabelecer contactos com grupos locais ativos no desenvolvimento rural para a realização de ações comuns de promoção da qualificação dos territórios; viabilizar a abertura de novas oportunidades de mercado e desenvolvimento do tecido económico e social; reunir massa crítica ou mobilizar recursos para a transferência de conhecimentos; promover redes regionais, nacionais ou transnacionais de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento do território, no sentido de gerar valor acrescentado e potenciar a complementaridade entre ações da ELD.

Estando a ADER-SOUSA certificada, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015, para a gestão de incentivos financeiros e desenvolvimento de projetos, e tendo um Sistema de Gestão de Qualidade implementado desde 2005, implica que os procedimentos a que a associação se encontra vinculada estejam perfeitamente assumidos e regularmente auditados.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção

O diagnóstico estratégico sobre o TI que se apresenta de seguida, organizado segundo uma matriz SWOT, resulta da síntese efetuada a partir de um conjunto de recolhas documentais nomeadamente do Estudo de Avaliação da EDL (em curso), da análise de um conjunto de elementos estatísticos (Censos do INE 2011, 2021; INE Sistema de Contas Integradas das Empresas; INE – Recenseamento Geral da Agricultura 2009-19; IEFP / MTSSS-METD) e das recolhas efetuadas nas sessões de trabalho realizadas quer com a equipe técnica da ADER-SOUSA, quer com os municípios, a Associação de Municípios do Vale do Sousa e a CIM, quer ainda com os principais atores do desenvolvimento local do território, em especial as entidades parcerias da EDL.

i. População

Pontos Fortes: - As Terras do Sousa são uma região muito populosa e densamente povoada (418 hab/Km²) no contexto regional, sendo de destacar a importância do grupo etário relativo à

população em idade ativa; - Apesar de ter verificado uma ligeira diminuição da população na última década, essa diminuição foi inferior à registada pela região Norte; - Melhoria dos níveis de escolaridade da população verificados ao longo da última década, embora persistam os défices de escolaridade relativamente às situações verificadas a nível regional e nacional.

Pontos Fracos: - Rápido envelhecimento da população com evidência na deterioração dos indicadores relativos ao índice de envelhecimento e índice de sustentabilidade potencial, apesar do índice de envelhecimento ser inferior ao registado na Região Norte e no País, a sua forte evolução entre 2011 e 2021 confirma o processo de envelhecimento mais rápido registado nas Terras de Sousa na última década; - Forte diminuição entre 2011 e 2021 do peso relativo grupo etário dos 0 aos 14 anos no TI (-28%), que é muito superior à registada na região Norte (-21%); - Apesar da evolução verificada em matéria de escolaridade, persistem défices relativamente à região Norte e ao País. A percentagem de população com um nível de escolaridade secundário, pós-secundário ou superior é de 28% nas Terras do Sousa, que compara com 36% da região Norte e 39% do Continente. Considerando apenas a população com nível de escolaridade superior a diferença é ainda mais acentuada, 10% da população nas Terras do Sousa contra 16% na região Norte e 17% no Continente.

Oportunidades: - Fluxos migratórios de população mais jovem, em idade ativa, podem compensar a situação de diminuição demográfica e de envelhecimento.

Ameaças: - Risco de agravamento dos problemas de coesão social e territorial decorrentes do envelhecimento da população e do abandono atividade agrícola.

ii. Economia e emprego

Pontos Fortes: - Posição destacada no plano regional na indústria transformadora (calçado e mobiliário de madeira), com forte vocação exportadora, acompanhada por dinâmicas de diversificação sobretudo nos setores do turismo, do terciário (económico e social) e da agricultura, especialmente no setor vitivinícola; - O setor da Agricultura, Floresta e Pecuária verificou um aumento significativo da sua importância relativa na última década, tanto do ponto de vista do VAB como do emprego; - Cultura de empreendimento e iniciativa, existência de incubadoras e de programas de apoio ao empreendedorismo promovidos, principalmente, pela ação conjunta das Associações Empresariais Locais e pelos municípios, assim como da própria ADER-SOUSA; - Diminuição significativa da taxa de desemprego na última década (9,5% em 2011 para 6,4% em 2021).

Pontos Fracos: - Pequena agricultura, de subsistência, caracterizada por pequenas explorações (área média inferior à região Norte), exploradas por conta própria, com recurso maioritário a mão-de-obra familiar, com dificuldade em fazer chegar produtos ao mercado; - Abandono da atividade agrícola; - Insuficiente aproveitamento da floresta o que condiciona o aumento de valor da fileira do mobiliário de madeira na região; - Aumento do peso relativo dos desempregados do sexo feminino (especialmente do escalão mais de 55 anos de idade) e dos desempregados com maior nível de escolaridade (secundário e superior): - Dificuldade em encontrar mão-de-obra disponível, principalmente ao nível de operação, para os setores do calçado e do mobiliário de madeira, assim como na agricultura, dificuldade que nalguns casos está a ser ultrapassada com recurso a população migrante; - Marca “Nossa Terra”, denominação utilizada pela Cooperativa Agrícola de Penafiel, a necessitar de ser revalorizada e alargada a todo o território de intervenção.

Oportunidades: - Proximidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e à diversidade de rotas operadas, e proximidade ao mercado da AMP; - Políticas públicas que favorecem o consumo dos produtos locais em proximidade “Do Prado ao Prato”; - Orientação das políticas públicas em favor de uma economia mais circular e sustentável abrindo oportunidade para estratégias que favoreçam o melhor aproveitamento de recursos (designadamente água) e modos de produção energeticamente mais eficientes; - Políticas públicas que favorecem o desenvolvimento de uma

economia mais sustentável, descarbonizada e digitalizada; - As possibilidades abertas pelas tecnologias digitais em matéria de novos negócios, novos produtos, novos processos produtivos, novas formas de acesso aos mercados e novas formas de organização; - A valorização, pelo mercado, de produtos genuínos, de qualidade e de produtos biológicos; - A valorização e crescimento dos segmentos de mercado de turismo ambiental e cultural, a nível internacional; - Aumento da procura de produtos lácteos que pode compensar a diminuição do consumo de leite; - Possibilidade de organização do consumo de produtos locais através das escolas e das cantinas presentes na região; - Novos negócios associados à valorização dos serviços de ecossistema.

Ameaças: - Risco de abandono agrícola com efeitos económicos, sociais e ambientais negativos; - Diminuição do consumo de leite condiciona o desenvolvimento do setor; - Alterações climáticas provocam situações extremas (granizo e golpes de calor) e menor disponibilidade de água, com impacto na agricultura; - Concorrência de outros destinos turísticos; - Falta de programa de apoio ao comércio que constitui um setor importante na economia rural.

iii. Recursos naturais e culturais

Pontos Fortes: - Património cultural relevante com destaque para o património arqueológico (nomeadamente citânias) e para a Rota do Românico; - Produtos locais reconhecidos e valorizados e existência de organizações associativas de defesa e promoção (capão, melão, cebola, presunto e broa).

Pontos Fracos: - Abandono de áreas agrícolas; - Zonas de paisagem incaraterística e pouco valorizada; - Património cultural a necessitar de manutenção e qualificação.

Oportunidades: - Valorização de produtos de turismo ambiental e cultural; - Apoio ao desenvolvimento rural, expresso em documentos e programas europeus e nacionais; - Valorização do território para acolhimento de residências artísticas; - Valorização dos serviços de ecossistema.

Ameaças: - Alterações climáticas e respetivos impactos sobre o ambiente, incluindo risco de incêndio acrescido; - Degradação de ativos naturais por pressão de atividade humana; - Insuficiência de meios financeiros para restaurar e manter o património cultural do TI.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos

Pontos Fortes: - Boas acessibilidades; - Iniciativas locais promovidas pelos municípios em favor da valorização de mercados locais como forma de apoio ao escoamento de produtos da pequena agricultura e comercialização de produtos locais; - Algumas experiências locais de combinação de atividades nomeadamente a pequena agricultura, o turismo local, a prova e venda de produtos à porta da “quinta”, que contribui para o complemento de rendimento do agricultor, modelo que interessa ampliar, qualificar e promover.

Pontos Fracos: - Respostas sociais insuficientes aos problemas decorrentes do envelhecimento (isolamento, assistência, residências, saúde mental;...); - Situações de dependência, depressão, hiperatividade junto de população jovem; - Persistência de défices importantes em matéria de infraestruturas básicas nomeadamente nos sistemas de saneamento básico e de abastecimento de água relativamente à situação verificada na região Norte e no País.

Oportunidades: - Movimentos migratórios podem ajudar a colmatar as insuficiências de mão-de-obra.

Ameaças: - Dificuldade de acolhimento e integração de migrantes.

v. Transição energética e digital

Pontos Fortes: - Existência dos roteiros para a descarbonização dos setores do mobiliário de madeira e do calçado, com o envolvimento das respetivas associações empresariais setoriais.

Pontos Fracos: - Eventual dificuldade dos agentes económicos e sociais locais de aproveitarem e beneficiarem das dinâmicas de transição digital e energética para a inovação dos seus processos produtivos e negócios.

Oportunidades: - Dupla transição, energética e digital, constitui um objetivo central das políticas europeias; - Oportunidades de inovação e de novos negócios nas áreas ambiental, energética e digital; - Bairros Comerciais Digitais; - Smart Villages do Tâmega e Sousa.

Ameaças: - Não aproveitamento das oportunidades abertas pela dupla transição digital e energética.

vi. Sustentabilidade e clima

Pontos Fortes: - Existência de equipamentos ambientais e de programas de valorização do ambiente, de promoção dos serviços de ecossistema e de programas de educação ambiental; - Existência do Programa estratégico das “Linhas de Água do Vale do Sousa”; - Iniciativas locais de limpeza de rios e ribeiras; - Projeto para tratamento dos bio-resíduos no Vale do Sousa, iniciativa da Ambisousa; - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, elaborado por iniciativa da CIM do Tâmega e Sousa com o apoio do POSEUR, estabelece um conjunto de recomendações em diferentes áreas com vista a responder aos desafios de adaptação que se colocam em diferentes dimensões, nomeadamente dos sistemas agrícolas e florestais, da biodiversidade, dos recursos hídricos, da economia e sociedade; - A preparação entre a CIM Tâmega e Sousa e a AGIF de um plano de ação para a valorização da floresta; - Projetos em lançamento dirigidos à valorização dos serviços de ecossistema através, nomeadamente, da criação de mecanismo de compensação das emissões de carbono; - Projetos de conservação da flora e fauna local e de combate às espécies invasoras.

Pontos Fracos: - Má qualidade das águas de rios e ribeiras, matéria que está a ser objeto de estudos e projetos; - Paisagem pouco qualificada.

Oportunidades: - Valorização dos serviços de ecossistema; - Políticas públicas em favor da sustentabilidade ambiental; - Mercado de carbono.

Ameaças: - Maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos - como secas, ondas de calor, tempestades, precipitação intensa, granizo, com impactos significativos na qualidade e quantidades dos recursos hídricos, na biodiversidade, nos sistemas humanos de produção alimentar e na saúde; - Persistência de discursos públicos negacionistas quanto às alterações climáticas e à necessidade de alteração de comportamentos individuais e coletivos em favor da sustentabilidade; - Aumento do risco de incêndio; - Diminuição do recurso água que coloca a necessidade de melhorar a sua retenção e gestão mais eficiente.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Pontos Fortes: - Tecido associativo diversificado e ativo nos domínios económico (associações empresariais, cooperativas, associação florestal, confrarias...), social (misericórdias, IPSS,...) e ambiental (Ambisousa, Verde, Salta Fronteiras...); - Mobilização de respostas aos problemas sociais através da ação dos municípios e IPSS, no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social. - Algumas ações esporádicas de sensibilização dos jovens da região, por iniciativa das escolas e associações locais, sobre as atividades existentes no território e sua valorização.

Pontos Fracos: - Problemas sociais relacionados com a situação de idosos, emprego (jovens empregados com baixas qualificações e baixa remuneração e adultos desempregados com mais de 50 anos com dificuldade de acesso a novo emprego), saúde (especialmente situações de demência prevalente na população idosa e situações de depressão, hiperatividade e dependências na população jovem), pobreza (especialmente infantil), violência doméstica, falta de habitação, para os quais as respostas disponíveis são insuficientes; - Falta de espírito associativo e cooperativo; - Setores industrial e agrícola da região socialmente pouco valorizados pela comunidade e especialmente pelos jovens; - Falta de iniciativas regulares e sistemáticas culturais e de sensibilização dos jovens para o território e suas atividades; - Rede de transportes inter-concelhio deficiente; - Dificuldade de transportes para idosos.

Oportunidades: - Novos desafios nas áreas económica, social e ambiental sobretudo no que concerne à manutenção de espaços rurais vivos e ativos, ao acompanhamento de idosos, à integração de migrantes e à promoção do emprego, à biodiversidade e sustentabilidade ambiental, aos serviços de ecossistema que requerem respostas coordenadas e cooperativas.

Ameaças: - Risco de exclusão social e de situações de rejeição e discriminação de população migrante.

5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL

O conteúdo da EDL que seguidamente se apresenta organiza-se a partir do cruzamento de três vetores principais, as necessidades e oportunidades de desenvolvimento identificadas pelo território na fase de diagnóstico, as necessidades principais e complementares estabelecidas no PEPAC e os resultados definidos pela OTE nº 174/2023 – reconhecimento dos GAL e seleção das EDL 2023-2027.

A EDL responde a um conjunto de desafios identificados na fase de diagnóstico, conforme a análise SWOT realizada, configurados a partir da leitura cruzada entre, por um lado, as oportunidades existentes e os potenciais a valorizar e, por outro lado, entre fragilidades e as ameaças que constituem os constrangimentos ao processo de desenvolvimento local.

Neste contexto, considerando as áreas de intervenção abordadas com os parceiros (Agricultura e alimentação; Diversificação do tecido produtivo; Social, ensino e cultura; Floresta e ambiente) foi identificado um conjunto de desafios a que a parceria pretende dar resposta, que definem os enfoques temáticos que organizam a EDL. Estes desafios têm correspondência com as necessidades principais e complementares e com os resultados definidos na OTE nº 174/2023 – reconhecimento dos GAL e seleção das EDL 2023-2027.

O desafio principal que se coloca ao território de intervenção é assegurar a **sustentabilidade dos sistemas produtivos de base rural**, em harmonia com a **qualificação do ambiente e da paisagem**, garantindo as condições necessárias à **satisfação das necessidades de vida**, à **qualificação dos habitantes** e à **valorização do património local**. Este desafio geral decompõe-se num conjunto de desafios, mais específicos, que configuram os enfoques temáticos a privilegiar na estratégia. Os enfoques temáticos a privilegiar são os seguintes:

- Sustentabilidade dos sistemas produtivos de base rural, nomeadamente da pequena e média agricultura, da silvicultura (em articulação com a valorização sustentável da fileira do mobiliário de madeira) e de outras atividades económicas de natureza complementar;
- Empreendedorismo, criação de emprego e atração e fixação de iniciativas e de pessoas que contribuam para a sustentabilidade do tecido económico local;
- Qualificação e valorização do ambiente, da paisagem e do património cultural local;
- Qualificação e alargamento dos serviços básicos e respostas sociais às comunidades locais;
- Descarbonização, eficiência energética, transformação digital e circularidade.

Apresentam-se, de seguida os alinhamentos dos enfoques temáticos com as necessidades principais e complementares do PEPAC:

▪ Sustentabilidade dos sistemas produtivos de base rural

Está alinhado com as necessidades principais: PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais); COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado; PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais); COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca

em águas interiores. E com as necessidades complementares: COE1N5 - Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola; COE2N1 - Valorizar produtos de qualidade diferenciada; COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais; PTOE4N1 - Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos; PTOE4N2 - Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria PTOE6N1 - Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais incluindo florestas; PTOTN4 - Estruturar conhecimento e assegurar a sua transferência que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente: técnico, socioeconómico e ambiente (recursos naturais, alterações climáticas e biodiversidade) PTOTN2 - Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos; COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública); sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais incluindo florestais; COE6N6 - Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas.

- **Empreendedorismo, atração de iniciativa e criação de emprego**

Está alinhado com as **necessidades principais**: PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais); COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores; COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros. E com as **necessidades complementares**: COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais.

- **Qualificação e valorização do ambiente, da paisagem e do património cultural local**

Está alinhado com as **necessidades principais**: COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer; COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores. E com as **necessidades complementares**: PTOE2N1 - Criar e melhorar infraestruturas coletivas (ex: regadio, abastecimento de água, acessos, eletrificação, banda larga, redes proteção das florestas); COE6N4 - Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade; COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais; COE9N8 - Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima.

- **Qualificação e alargamento dos serviços básicos e respostas sociais às comunidades locais**

Está alinhado com as **necessidades principais**: PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais).

- **Descarbonização, digitalização e circularidade da economia rural**

Está alinhado com a **necessidade principal**: PTOE8N2 (COE8N4/MOE8N4) – Incentivar a bioeconomia e a economia circular.

Está alinhado com as **necessidades complementares**: COE4N5 - Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria; PTOE4N2 - Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria; PTOTN1 - Incentivar a transição digital na agricultura.

A resposta a estes desafios organiza-se através de **um conjunto de objetivos que, por sua vez, contribuem para a consecução de um conjunto de resultados** definidos pela OTE nº 174/2023 – reconhecimento dos GAL e seleção das EDL 2023-2027, **conforme** se apresenta de seguida:

Objetivo 1 - Apoiar a resiliência das pequenas e médias explorações agrícolas na melhoria das condições de produção nomeadamente através de pequenos investimentos em equipamento, melhoramentos agrícolas, reservas de água, produtos biológicos e no desenvolvimento de atividades complementares à agricultura, nomeadamente atividades agroalimentares, turismo, floresta, etc., que contribuam para o aumento do rendimento disponível do agricultor. Contributo para os resultados: R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC; R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos; R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC.

Objetivo 2 - Promover o desenvolvimento e valorização dos serviços de ecossistema de forma a contribuir para a captura de carbono e a qualificação da paisagem, envolvendo a comunidade nesse processo. Contributo para os resultados: R.17 Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição; R18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal.

Objetivo 3 - Valorizar o património (natural e cultural) e promover a educação ambiental, a cultura e o conhecimento sobre o território e os seus valores com o envolvimento dos Agrupamentos Escolares e das organizações locais vocacionadas para o efeito; combate a espécies invasoras e valorização do património florestal (fileira do mobiliário da madeira). Contributo para os resultados: R.17 Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição.

Objetivo 4 - Valorizar e certificar produtos genuínos, organizar **mercados locais** e promover as **cadeias curtas** de comercialização. Contributo para os resultados: R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC.

Objetivo 5 - Promover o empreendedorismo, a criação de emprego e a atração de iniciativas e pessoas através do apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas e de serviços que contribuam para a diversificação económica, para a valorização dos recursos endógenos e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do TI. Contributo para os resultados: R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC.

Objetivo 6 - Apoiar iniciativas que respondam às necessidades sociais do território, especialmente no que respeita à população idosa e mais carenciada, à população com problemas de saúde mental e à população jovem combatendo dependências através de

programas ativos que contribuam para a literacia, a igualdade de género e o reforço da ação cidadã. Contributo para os resultados: R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados.

Objetivo 7 - Melhorar os níveis de atendimento do território em matéria de saneamento básico, de forma a aproximá-los aos níveis médios da região Norte. Contributo para resultados: não apresenta contributos para nenhum dos resultados identificados.

Objetivo 8 - Contribuir para os processos de descarbonização, eficiência energética, digitalização e circularidade da economia rural e da sociedade. Contributo para os resultados: R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW); R.17 Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição; R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal; R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos.

A estratégia de desenvolvimento local que se apresenta ultrapassa claramente o âmbito específico do PEPAC e dos apoios financeiros do FEADER, ela é geral, cobre o conjunto de necessidades do território e mobilizará, futuramente, outros instrumentos financeiros, nacionais e comunitários, que contribuirão para a sua execução integrada.

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais

A ADER-SOUSA na preparação da EDL realizou uma série de sessões com a população e os seus parceiros.

No final de outubro de 2022 realizamos 3 sessões de trabalho onde se apresentou uma avaliação do DLBC Rural | Terras do Sousa 2020 e se lançaram as primeiras sementes da presente estratégia de desenvolvimento local, envolvendo agricultores, empresários, técnicos, dirigentes, entre outros. Foram abordados os seguintes temas: “**Agricultura, agroindústria, diversificação da atividade na exploração e comercialização**”; “**Empreendedorismo e dinamização de base económica local**” e “**Cultura, património, ambiente, associativismo e apoio social**”.

A 24 de novembro de 2022, na sessão de comemoração dos 30 anos da ADER-SOUSA foram apresentadas as principais conclusões do trabalho de avaliação do DLBC -Rural | Terras do Sousa 2020 e colocados os principais desafios que se colocam ao desenvolvimento do território, além de uma retrospectiva do trabalho da ADER-SOUSA, e das suas principais atividades e iniciativas na dinamização do desenvolvimento local.

Durante os primeiros meses de 2023, fez-se a recolha de estatísticas e analisamos documentação diversa, designadamente: PEPAC; PO Norte 2030, Aldeias New Generation – Smart Villages do Tâmega e Sousa; Análise, estudo e sistematização de projetos estratégicos - revisão e atualização da estratégia integrada de desenvolvimento territorial – Relatório Final – CIM Tâmega e Sousa; Levantamento e caracterização dos recursos com potencial turístico para a região do Tâmega e Sousa – Relatório Final - CIM Tâmega e Sousa; Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Tâmega e Sousa; Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

A 15 de junho, em AG, com base no aviso, foi apresentada e aceite uma proposta de território e de alargamento da parceria, assim como validados os desafios para o território e que serviram para construção da EDL a submeter.

Entre 11 e 18 de julho, realizamos mais 5 sessões com os parceiros de forma sectorial: 1.^a - **Entidades públicas do território**, ou seja, câmaras municipais, associação de municípios e comunidade intermunicipal; 2.^a - **Agricultura e alimentação**, com a presença de cooperativas agrícolas, associação interprofissional do sector leiteiro, confrarias, e Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Tâmega e Sousa, em virtude do curso de veterinária; 3.^a - **Diversificação do tecido produtivo**, com a presença de associações empresariais e do conselho empresarial do Tâmega e Sousa; 4.^a - **Social, ensino e cultura**, com a presença dos representantes dos CLAS e dos CLDS existentes no território e a Escola Profissional de Felgueiras; 5.^a - **Floresta e ambiente**, com a participação de associações ambientais e florestais, com responsáveis por áreas protegidas do território e a entidade que faz a gestão dos lixos no mesmo. As sessões permitiram auscultar os agentes sobre as necessidades e desafios do território, assim como saber de projectos/iniciativas que cada um está a desenvolver, e lançar ideias de ações a desenvolver para os complementar e para colmatar as necessidade e desafios identificados.

Finalmente a 24 de julho foi aprovada pela Direção a estratégia de desenvolvimento local, que foi apresentada em reunião de assembleia-geral, a 28 de julho, onde foi sufragada por unanimidade.

7. Evidência da articulação da EDL proposta com:

7.1 Os objetivos Estratégicos e Específicos do Programa Regional do Norte 21-27

Conforme pode ser verificado há uma forte coerência e alinhamento entre os Objetivos EDL e os Objetivos do Programa Regional do Norte 21-27 no sentido em que a consecução dos objetivos da EDL contribuem, de forma mais ou menos direta, para a consecução dos objetivos do Programa Regional. Evidentemente que a pertinência das articulações apresentadas tem de ser devidamente contextualizada no facto da EDL DLBC rural ter financiamento assegurado apenas pelo FEADER e mobilizar volumes de investimento relativamente reduzidos.

Objetivo Estratégico PR Norte 21-27 1. Uma Europa mais competitiva e mais inteligente, através da promoção de uma transformação económica inovadora e inteligente e da conectividade das TIC a nível regional. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 RSO1.3.** Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos. **Articulação com os Objetivos da EDL** Valorizar e certificar produtos genuínos, organizar mercados locais e promover as cadeias curtas de comercialização, a promoção do empreendedorismo, a criação de emprego e a atração de iniciativas contribuindo para o alargamento da base espacial e para a promoção da competitividade regional.

Objetivo Estratégico PR Norte 21-27 2. Uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, mediante a promoção de uma transição energética limpa e equitativa, dos investimentos verdes e azuis, da economia circular, da atenuação das alterações climáticas e da adaptação às mesmas, da prevenção e gestão dos riscos e da mobilidade urbana sustentável. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 RSO2.1.** Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. **Articulação com os Objetivos da EDL** Promover o desenvolvimento e valorização dos serviços de ecossistema e contribuir para a descarbonização, eficiência energética, digitalização e circularidade através da sensibilização e da alteração dos comportamentos dos principais agentes económicos e sociais dos territórios e da comunidade em geral. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 RSO2.4.** Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas. **Articulação com os Objetivos da EDL** Promover o desenvolvimento e valorização dos serviços de ecossistema e contribuir para a descarbonização, eficiência energética, digitalização e

circularidade através de investimentos em diferentes dimensões, de prevenção, de adaptação e de reação, num contexto de alterações climáticas. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 RSO2.7.** Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição. **Articulação com os Objetivos da EDL** Valorizar o património (natural e cultural) e promover a educação ambiental, a cultura e o conhecimento sobre o território e sobre como preservar e valorizar os seus ativos naturais e culturais.

Objetivo Estratégico PR Norte 21-27 4. Uma Europa mais social e inclusiva, através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 RSO4.6.** Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social. **Articulação com os Objetivos da EDL** Valorizar o património (natural e cultural) e promover a educação ambiental, a cultura e o conhecimento sobre o território e criar novos produtos turísticos que correspondam às tendências do mercado, nos segmentos do “turismo cultural”, e “turismo da natureza”. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 SO4.1.** Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social. **Articulação com os Objetivos da EDL** Promover o empreendedorismo, a atração de iniciativas e a criação de emprego, especialmente para jovens e desempregados de longa duração.

Objetivo Estratégico PR Norte 21-27 5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos, mediante o fomento do desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de territórios e das iniciativas locais. **Objetivo Específico PR Norte 21-27 RSO5.2.** Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas. **Articulação com os Objetivos da EDL** Apoiar a resiliência das pequenas e médias explorações agrícolas, valorizar e certificar produtos genuínos, organizar mercados locais e promover as cadeias curtas de comercialização, valorizar o património (natural e cultural) e promover a educação ambiental, a cultura e o conhecimento sobre o território, promover o empreendedorismo, a criação de emprego e a atração de iniciativas e pessoas e apoiar iniciativas que valorizem, de forma sustentável, os recursos e ativos diferenciadores do território e que respondam às necessidades sociais do território

7.2 A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM do Tâmega e Sousa

A ITI do Tâmega e Sousa encontra-se em fase de elaboração, pelo que a articulação com a EDL foi analisada com base no estudo “Análise, estudo e sistematização de projetos estratégicos - revisão e atualização da estratégia integrada de desenvolvimento territorial”, elaborado para a CIM, em junho de 2021, pela empresa Sigma Team Consulting. A análise efetuada permite antecipar um conjunto de pontos de proximidade e de convergência entre a EDL e a Estratégia do Tâmega e Sousa revista e atualizada, visível entre os objetivos da EDL e os Eixos Prioritários (EP) e Objetivos Estratégicos (OE) definidos no documento anteriormente referido. Esta proximidade antecipa a necessidade de uma boa articulação de forma a potenciar, no território, efeitos de sinergia decorrentes das intervenções dos dois programas. Destaca-se a forte articulação da EDL com os Eixos Prioritários e Objetivos da Estratégia revista e atualizada para a CIM, os seguintes:

EP2 – Valorizar as atividades económicas baseadas em ativos do território em particular com os objetivos OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.3 – Otimizar os recursos de explorações agrícolas e pecuárias OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais e OE2.5 – Promover a distribuição e

comercialização de produtos alimentares diferenciados. Para este Eixo convergem os **Objetivos Estratégicos da EDL seguintes**: Apoiar a resiliência das pequenas e médias explorações agrícolas, valorizar e certificar produtos genuínos, organizar mercados locais e promover as cadeias curtas de comercialização; promover o empreendedorismo, a criação de emprego e a atração de iniciativas; valorizar o património cultural e criar produtos turísticos que correspondam às tendências do mercado, nos segmentos do “turismo cultural”.

EP3 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa – serviços ambientais e património em particular com o objetivo OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região. Para este Eixo convergem os **Objetivos Estratégicos da EDL seguintes**: Promover o desenvolvimento e valorização dos serviços de ecossistema e contribuir para a descarbonização, eficiência energética, digitalização e circularidade; valorizar o património (natural e cultural) e promover a educação ambiental

De acordo com o mesmo documento, dos 25 projetos estruturantes identificados mais de metade integram os dois Eixos Prioritários referidos, 10 no EP2 - Valorizar as atividades económicas baseadas em ativos do território e 6 no EP 3 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL (através do PEPAC)

A macro estratégia apresentada em ponto próprio ultrapassa claramente o âmbito específico do PEPAC e dos apoios financeiros do FEADER, ela é geral, cobre o conjunto de necessidades do território e mobilizará outros instrumentos financeiros, nacionais e comunitários, que contribuirão para a sua execução integrada, nomeadamente em articulação com a ITI do Tâmega e Sousa. Neste contexto as áreas de intervenção da EDL que se pretende ver mobilizadas através do PEPAC são as que correspondem aos objetivos definidos apresentados no quadro seguinte, cruzando-os com os resultados a atingir e alocando o peso percentual de verbas.

		RESULTADOS								
		R9	R10	R15	R17	R18	R37	R39	R42	
OBJETIVOS	O1 - Apoiar a resiliência das pequenas e médias explorações agrícolas	15,0%	7,5%					15,0%		37,5%
	O2 - Promover o desenvolvimento e valorização dos serviços de ecossistema				10,0%	12,5%				22,5%
	O3 - Valorizar o património (natural e cultural) e promover a educação ambiental, a cultura e o conhecimento sobre o território				2,5%					2,5%
	O4 - Valorizar e certificar produtos genuínos, organizar mercados locais e promover as cadeias curtas de comercialização		7,5%							7,5%
	O5 - Promover o empreendedorismo, a criação de emprego e a atração de iniciativas e pessoas							5,0%		5,0%
	O6 - Apoiar iniciativas que respondam às necessidades sociais do território								5,0%	5,0%
	O8 - Contribuir para os processos de descarbonização, eficiência energética, digitalização e circularidade da economia	5,0%		5,0%	5,0%	5,0%				20,0%
		20,0%	15,0%	5,0%	17,5%	17,5%	5,0%	15,0%	5,0%	100,0%

9. Plano de Ação

Os objetivos serão concretizados através de uma série de tipologias de apoio, como pode ser observado no quadro seguinte, no qual foram atribuídas percentagens de distribuição das verbas, mas cuja inclusão no Plano de Implementação da EDL a apresentar na 2ª fase de candidatura dependerá muito dos montantes que forem disponibilizados para a execução da EDL.

		ENFOQUES TEMÁTICOS					
		Sustentabilidade dos sistemas produtivos de base rural	Empreendedorismo, atração de iniciativa e criação de emprego	Qualificação e valorização do ambiente, da paisagem e do património cultural local	Qualificação e alargamento dos serviços básicos e respostas sociais às comunidades locais	Descarbonização, digitalização e circularidade da economia rural	
		O1 - R9, R10, R39 O2 - R17, R18 O4 - R10	O1 - R9, R10, R39 O2 - R17, R18 O4 - R10 O5 - R37	O2 - R17, R18 O3 - R17	O6 - R42 O7	O8 - R9, R15, R17 e R18	
RESULTADOS ↓	OBJECTIVOS →						
R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	Apoios na exploração agrícola: água, produção, equipamentos		Apoios na exploração agrícola: novas atividades			Apoios na exploração agrícola: digitalização; à produção de energia renovável	20%
		10%	5%			5%	
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	Apoios: à certificação, valorização e promoção de produtos; aos mercados locais; ao comércio de proximidade						15%
		10%	5%				
R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)						Apoios: à produção de energia renovável	5%
						5%	
R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição	Apoios na exploração agrícola: floresta, silvopastorícia, novos produtos					Apoios: à produção de energia renovável	17,5%
		5%	2,5%	5%		5%	
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	Apoios à valorização de serviços de ecossistema: carbono, biodiversidade, qualificação da paisagem			Apoios à preservação e promoção do património: recuperação de espaços; educação; sensibilização		Apoios: à produção de energia renovável	17,5%
		5%	2,5%	5%		5%	
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	Apoios ao empreendedorismo: indústria, serviços e comércio						5%
			5%				
R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	Apoios ao empreendedorismo: indústria, serviços e comércio						15%
		10%	5%				
R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas							0%
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC							0%
R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados					Apoios de inclusão social: equipamentos; eficiência energética		5%
					5%		
		40%	25%	10%	5%	20%	100%